

# Bacha: contra hiperinflação, plano de emergência

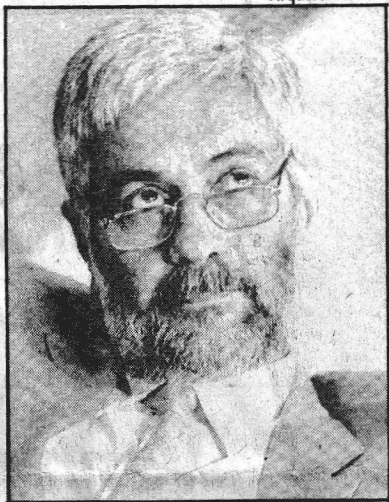
Arquivo/15-8-88

O País vai passar por perto da hiperinflação em dois momentos. O primeiro, segundo o professor da PUC carioca Edmar Bacha, começa no segundo semestre do ano, quando os preços podem ultrapassar a barreira dos 35% e não parar mais. O segundo, caso essa hipótese não se concretize, vem logo após: o período de transição entre as eleições e a posse do novo Presidente.

Por essa e outras razões, Bacha se animou a fazer uma convocação geral aos economistas do País, no sentido de que se reúnam em torno de um Plano Nacional de Emergência, que estudaria saídas para a crise e mecanismos para que o próximo Governo pudesse administrar a economia no ano que vem com um mínimo de recursos necessários. A questão é determinar com o que o próximo Presidente poderá contar em 1990 e que instrumentos terá para recolocar o País nos eixos.

— Depois da posse, o Presidente eleito precisará ter um horizonte de tempo mínimo de um ano a fim de garantir as contas fiscais e cambiais. Como o princípio de anualidade do imposto impede que uma lei votada seja implementada no mesmo período, a solução é que se suspenda por um ano os incentivos fiscais e subsídios, o que daria uma redução de 3% do PIB. Além disso, uma mínima reforma fiscal garantiria receita para o ano que vem — observou ele.

Depois, as atenções se voltariam para os credores internacionais. Pelas contas de Bacha, a dívida poderia ser reduzida em US\$ 10 bilhões no



**Bacha quer suspender incentivos**

ano que vem, partindo do princípio de que o que for dado ao México seria aplicado ao País. Ou seja, restringir os pagamentos dos juros a um terço dos valores devidos e obter das instituições oficiais de crédito refinanciamento integral dos juros e amortizações. Seria uma redução de 3,5% do PIB.

Segundo o economista, as pressões atuais sobre a inflação não vão permitir que ela se estabilize. A primeira é a expansão da emissão de moeda, que no último quadrimestre nada menos que 1.700% em 12 meses. Portanto, o patamar de inflação de 25% já está inscrito na política monetária do País. Além disso, a inflação inerencial dos reajustes salariais também aponta para uma taxa de 25%. As-

sim, os reajustes concedidos neste momento antecipam uma inflação futura: os agentes se defendem da inflação projetada neste patamar. Outro fator são os reajustes de preços que o Governo vem concedendo ultimamente, entre 15% e 20%.

A questão é saber se as taxas ficarão estáveis nestes níveis. E a aceleração pode ocorrer por dois motivos: quando o Governo não conseguir vender seus títulos (pela incerteza quanto a um calote) haverá a monetização da dívida interna (transformação da dívida em papéis por dívida em moeda), o que tornará próxima a hiperinflação.

A segunda razão é um possível colapso cambial, se as remessas de lucros e dividendos aumentarem muito este ano. Bacha lembra que o financiamento oficial em 1989 é menor do que em 1988, quando houve ingresso líquido de capital de US\$ 83 milhões; este ano, a previsão do Banco Central é de uma saída líquida de US\$ 7 milhões. Isso se o Banco Mundial liberar US\$ 950 milhões, o que Bacha considera muito difícil.

A maneira de evitar um colapso cambial, segundo o economista, é uma moratória tácita. Mas antes disso, o Governo deve parar de vender ouro no mercado usando as reservas cambiais, para evitar a alta do dólar no paralelo. Ou seja, parar de cometer os erros do Plano Primavera da Argentina, ao usar as reservas para defender o câmbio. Já ficou provado que o que não foi bom para o Governo de Alfonsín não será para o de Sarney.